



Poderíamos até dizer que um roteiro turístico seria um conjunto de atrativos e atividades culturais, religiosas, ecológicas, gastronômicas... etc, disponibilizados de forma integrada e padronizada pelo *trade* turístico de uma região, capaz de seduzir e aumentar a estadia dos visitantes.

Mas, conceituar os roteiros turísticos de um município Patrimônio Nacional, em campanha pelo título de Patrimônio da Humanidade, é o mesmo que conceituar cada pedra do Centro Histórico e do Caminho do Ouro que, espontaneamente, nos levam pelas ruas do passado até à esquina da rua do presente. E, neste endereço de portas abertas, com suas máquinas do tempo, a Casa da Cultura se esforça em apresentar uma síntese das nossas comunidades.

Dimensões estas que não cabem em nenhum gigabyte, e sim na indescritível e prazerosa visita a uma casa de farinha de um índio caiçara quilombola, numa noiteada de ciranda e pinga de Paraty, no amanhecer quebrando aquela ressaca com um café feito na hora com caldo de cana, servido com beiju, aipim e banana da terra cozidos e, para arrematar, um manué de bacia. E aí estamos prontos para mais um dia de praia, mergulho, cachoeiras, trilhas, peixe azul marinho, Bloco da Lama, Procissão do Fogaréu, Festa do Divino, Festa Literária, festa...

Definir roteiros turísticos de Paraty não é das mais fáceis tarefas. A Rede DLIS de Paraty, acreditando que esta definição só poderá ser construída a partir da inserção das comunidades na elaboração e apoio a estes roteiros, convida as lideranças comunitárias, empresários, agências de turismo a participarem do Fórum DLIS Roteiros Turísticos de Paraty.

O resultado deste evento servirá para orientar a atualização dos roteiros disponibilizados nos computadores da Casa da Cultura, nos *sites* de Paraty, Estrada Real e encaminhados à Embratur e ao Ministério do Turismo.

Roteiros Turísticos de Paraty

Realização
 Caruçu Prefeitura Municipal PARATY

Local
 Casa da Cultura

Apoio
 Rede DLIS Paraty

Local
 Dia 28/10- às 19h

Apoio
 M FUNDIÁRIA DE PARATY, SEBRAE RJ, AEPA, AARPA, SENAC RIO, STR, IAHP, AMAPA IEF, ACIP

Alerta Vermelho O Dengue pode acabar com a nossa temporada



A Vigilância Sanitária dá sinal de alerta e convoca empresários, professores, alunos, associações de moradores e a população em geral para participarem da **campanha** de caça ao mosquito do dengue. Não fique de braços cruzados, este mosquitinho pode te deixar sete dias de cama com febre alta, dor de cabeça, dores nos olhos, nas articulações e nos músculos, manchas na pele e até hemorragias generalizadas, e a morte em 50% dos casos, se hemorrágicos. Um outro grande motivo para aderirmos a esta campanha é que não podemos nos dar ao luxo de pagar para ver os nossos turistas cancelarem suas reservas na alta temporada. Este filme já vimos! Já pensou? Nem pense, arregace as mangas e comece pelo seu quintal. E aí você já sabe: garrafas viradas para baixo; pneus velhos furados, calhas limpas, vasos de plantas com areia e retirar o lixo do quintal para não acumular a água que serve de abrigo para este nosso inimigo.

**Você não vai querer pagar pra ver!
 Participe desta campanha!**

**Conselho Municipal de Saúde
 Médico de Família
 Comamp: Luta contra o conformismo
 Pág. 2**

**III Seminário sobre a questão
 Fundiária em Paraty
 Pág. 3**

**Senac Rio chega a Paraty
 Novo diretor-Superintendente do Sebrae-RJ, Sérgio Malta visita Paraty
 USINA III: SIM? ou NÃO?
 Pág. 4**

Imperial
 MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
**Produtos de qualidade
 Bons Preços
 Bom atendimento**
 Av. Roberto da Silveira nº287-Chácara
 Tels.: 3371-2300/2202/1433/1247

banana prata orgânica
 sem agrotóxicos
 Comunidade Sustentável
 Gaura Vindávana
Agroindústria de Paraty

CLUBE RURAL
 SÍTIO MATA ATLÂNTICA
 PESCA ESPORTIVA
 O melhor ambiente de lazer
 de toda a região!
Barra Grande - Paraty
 Tel.: (24) 3371-0518 / Cel-9943-7050

MARUPIARA LTDA
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
 1979 - 2005
26
 ANOS
 Construindo Paraty
 TRADIÇÃO SE CONQUISTA
 COM QUALIDADE
 Tel.: (24) 3371-1179
 Fax: 3371-2177
 Av. Roberto da Silveira, 41 - Centro-Paraty - RJ



Conselho Municipal de Saúde

AI Conferência de Saúde do Trabalhador da Baía da Ilha Grande realizado em quatro de setembro, no auditório da Defesa Civil em Angra dos Reis, teve como tema a Segurança no Trabalho, proteção do trabalhador que manuseia produtos químicos e que trabalham com solda na construção naval, que trabalham em profissões que fornecem riscos à saúde e comprometem a vida do cidadão. O Conselho Municipal de Saúde de Paraty foi convidado a participar do mesmo.

A I Conferência de Saúde do Trabalhador da Baía da Ilha Grande é o Fórum de debates com caráter deliberativo e tem por finalidade reunir vários segmentos da sociedade civil organizada e autoridades para avaliação e propor soluções para a questão da Saúde do Trabalhador dos municípios participantes. Esta Conferência está sob os auspícios dos Conselhos Municipais de Saúde, comporá uma Comissão de Conselheiros dos municípios participantes, que se encarregarão da coordenação e supervisão dos trabalhadores.

Propostas em grupo

Foram elaboradas propostas em grupos e, depois, debatidas em plenária. Estas propostas serão levadas à Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador (sem local e data definidas).

Participantes de Paraty: Paulo José Teixeira, da Vigilância Sanitária; do Conselho Municipal de Saúde: Flávio M. Antônio (presidente) e Almir dos Remédios (Almir Tã); Antônio Carlos de Souza (Toninho) - Vice-presidente do Conselho Municipal da Assistência Social; Farmacêutica Bioquímica do

Hospital de Praia Brava, Sra. Guaraciara; Lídia Furtado - presidente da Associação de Artesãos de Paraty.

Reunião do dia 5/09 Conselho Municipal de Saúde: Ata da reunião realizada no dia 03/10/05 para discussão e recomposição do Conselho e a falta de representação dos gestores. No início da reunião se fez a leitura da Ata do último encontro, realizado em 5 de setembro, no Centro Integrado de Saúde CIS.

Domingos de Oliveira iniciou o debate sugerindo que é melhor denunciar a falta de estrutura dos Conselhos.

Segundo a vereadora Beatriz Villaça (Bia), é necessário mais campanhas para divulgação do Conselho Municipal de Saúde e, através da Câmara Municipal, solicitar Audiência Pública, devido ao risco de dissolução do Conselho de Saúde. Beatriz ficou de solicitar um espaço no rádio destinado aos conselhos.

O Conselho decidiu que, através de ofício, pedirá cópia do contrato da OSCIP e prestação de contas, de janeiro a julho, dos programas conveniados ao SUS. Almir Tã sugeriu que o Conselho deveria ir às comunidades para falar da importância do Conselho de Saúde e das suas obrigações como orientador e fiscalizador dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.

Falou-se da importância da representação de outras entidades no Conselho de Saúde como: Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Funcionários Públicos de Paraty, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraty (APAE), Associação Comercial de Industrial de Paraty (ACIP).

O presidente do Conselho propôs a redação de uma carta para ser enviada à comunidade indígena, pedindo que um representante desta se faça presente às reuniões,

obedecendo ao regimento interno que define: que se o conselheiro faltar de uma a duas reuniões consecutivas, sem nenhuma justificativa, automaticamente é excluído do Conselho por falta de representatividade.

Péssimas condições

Beatriz Villaça disse que o Conselho Estadual tem que ser informado das péssimas condições em que o Conselho Municipal de Saúde se encontra. Almir Tã observou que são necessários esclarecimentos sobre o que tem acontecido de errado no Conselho de Saúde. Domingos Oliveira lembrou que a falta dos representantes do governo está atrapalhando os trabalhos do Conselho, não prestando os devidos esclarecimentos que são solicitados. Seria importante um trabalho de conscientização da importância do Conselho em relação à população.

Os Coelheiros que ainda participam das reuniões do Conselho Municipal de Saúde decidiram que o Conselho será dissolvido e serão encaminhados ofícios para o Conselho Estadual de Saúde, Conselho Federal e Tribunal de Contas, caso não haja a participação dos representantes da prefeitura na próxima reunião do dia sete de novembro, no CIS, às 14 horas.

Os Conselheiros reconhecem o empenho do chefe de gabinete Jorge Porto em está apoiando a criação da casa dos conselhos disponibilizando a infraestrutura como computadores, mobiliário, telefone e uma secretária, o Conselho informa que não participou do seminário DST Aids, em Vassouras entre os dias 20a 22 de outubro, porque a Secretaria de Saúde não disponibilizou a coordenadora e os dados para serem apresentados neste evento.

Médico de Família

A Unidade do Médico de Família do Taquari, em menos de dois meses de funcionamento já realizou 138 visitas domiciliares, 253 consultas médicas e 40 coletas para exames laboratoriais.

De acordo com pesquisas feitas pelo Conselheiro de Saúde Local, a comunidade está satisfeita com o atendimento dos profissionais desta unidade.

COMAMP

Orçamento Participativo



Luta contra o conformismo

Com a finalidade de propor e consolidar parceria com a Câmara Municipal de Paraty para aprovação do PPA Participativo 2006/2009, o Comamp realizou reunião ordinária, em 3 de outubro, com a participação de vereadores.

Ao se pronunciarem, os vereadores Lauro Cantídio, Beatriz Villaça e Deco Minair reafirmaram o compromisso com o movimento comunitário de Paraty, cujo histórico foi descrito por José Joaquim Bittencourt em leitura do texto abaixo durante o encontro.

“Faz 20 anos que os militares deixaram o poder. Nesses 20 anos, passamos pelos governos civis de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, os dois de Fernando Henrique Cardoso e, atualmente, pelo governo Lula.

Vinte anos são um tempo suficiente para fazer muito por um país (e para deixar de fazer). No regime militar (que durou 21 anos) o país foi mais beneficiado com as chamadas obras de infra-estrutura, mas perdeu em direitos e liberdades.

Porém, tanto na presidência dos militares, como na presidência dos civis, as condições sociais agravaram-se indecentemente (ou criminosamente). O regime civil disfarça melhor, com esmolas como Comunidade Solidária, Fome-Zero, BolsaFamília, BolsaEscola e outras adaptações da velha porta de igreja.

O que avançou muito nesses últimos 20 anos foi o Estado de Direito, que contrasta com a degradação moral, intelectual e cívica da classe política (se formos acreditar nas notícias mostradas pela TV). Da mesma forma, o nível de exigência da sociedade vem caindo, a ponto de ser, hoje, imperceptível.

Eleitos podem jogar no lixo seus compromissos com o eleitorado. Presidentes podem governar por decretos idênticos aos da ditadura, bastando batizá-los de medidas provisórias. Impostos, juros, desconsideração total do Orçamento, apropriação de verbas tudo pode ser feito à revelia da sociedade, contra a sociedade, e é como se nada de anormal houvesse.

Não é exatamente uma democracia que está sendo construída. É o **conformismo**. Acreditamos que as entidades organizadas podem contribuir, e muito, para a evolução do Estado de Direito, reclamando as medidas necessárias e urgentes para reverter esse quadro vergonhoso que estamos assistindo, ao qual o conformismo generalizado nos conduziu.

No nível municipal, as Associações de Moradores desempenham um importante papel, combatendo o agravamento das condições sociais locais buscando a melhoria da qualidade de vida em suas

comunidades.

E o Orçamento Participativo é uma esperança de investimento nas comunidades. Por isso estamos, há cinco anos, lutando por ele, e ainda não desistimos. É urgente, urgentíssimo, implementá-lo. Esse é o primeiro passo, o nosso grande desafio, e os políticos comprometidos com o bem estar social precisam aliar-se a esta luta.

Gostaríamos de lembrar que a Câmara tem sido parceira nesse processo, pois aprovou o Orçamento Participativo de 2004 e o de 2005 e temos certeza de que aprovará o PPA Participativo 2006/2009.

O PPA Participativo é o segundo passo. São quase seis milhões de reais que serão direcionados para 38 comunidades, nos próximos quatro anos, para atender prioridades eleitas por elas mesmas. Quem sabe mais do que elas das suas próprias necessidades?

Para que tudo isso saia do papel é indispensável haver parceria entre os três principais atores envolvidos: a Câmara, a Prefeitura e as Associações de Moradores.

A Câmara, para aprovar a parte do orçamento elaborado pela comunidade. Gostaríamos de ter os vereadores acompanhando, junto com as Associações de Moradores, a execução das obras em suas bases eleitorais. É importante que as lideranças comunitárias estejam em sintonia com os nossos vereadores, eleitos democraticamente pelo voto popular; As Associações, para dinamizar todo o processo, que não tem fim. É uma luta constante para fazer valer o nosso direito de conquistar a melhoria da comunidade onde vivemos; E a Prefeitura, para honrar o compromisso assumido com essa comunidade.

O segundo passo, não menos importante, é o PPA Participativo, porque é um planejamento de quatro anos que as Associações de Moradores democraticamente fizeram, com muito sacrifício e custo zero para o município. Elas aprenderam que planejar é melhor do que improvisar e queimaram muita energia nisso.

Gostaríamos que os vereadores ficassem à vontade para discutir o PPA Participativo com as lideranças comunitárias presentes, pois julgamos essa parceria indispensável para a construção da democracia, do Estado de Direito que pretendemos.

E o terceiro passo será o Plano Diretor Participativo. Queremos apenas lembrar que o processo é longo e que ele precisa ser construído passo a passo, com a participação de todos os atores: Câmara, Prefeitura Municipal e Associações de Moradores, se nós quisermos encontrar soluções para os nossos problemas comuns.”



Produzido e Editado por Publicação Editoração e Comunicação PCE Ltda
M.E. - CNPJ 00744509/0001-49 - Estrada da Gávea, 847/Lj. 110 - São Conrado - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22610-000
Tel.: (24) 3371-9082
(21) 8797-4629;

E-mail: flitoralldis@hotmail.com
Jornalista Responsável, Diagramação e Editoração Eletrônica: Carlos Dei - Reg. MTb RJ 15.173; carlosdei@yahoo.com.br
Tiragem: 3.000 exemplares.

III Seminário sobre a questão fundiária de Paraty

Com o objetivo buscar soluções para os assentamentos rurais na região da Serraria, Barra Grande, São Roque e Taquari, foi realizado no dia cinco de outubro de 2005, à tarde, na Escola José Carlos Porto Neto, no Taquari, o *Seminário sobre a questão fundiária de Paraty*, com expressiva participação de moradores das comunidades em questão.

Pela manhã a Comissão para Regularização dos Assentamentos Rurais reuniu-se na prefeitura com o superintendente do Incra, Mário Lúcio Mello e o prefeito municipal, José Carlos Porto para traçaram as linhas gerais de condução do seminário. A Comissão para Regularização dos Assentamentos Rurais é composta por Solange -presidente da Associação de Moradores da Barra Grande), Risoneide -secretária do Comamp, Carlos Breno - presidente da Associação de Bairro do Areal, Domingos de Oliveira, Manoel Pinto Filho - presidente da Associação de Moradores do Taquari, Maria Aparecida (Lua) - presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty e José Joaquim Bittencourt, presidente do Comamp

Abertura

Domingos de Oliveira abriu o evento, explicando como o mesmo seria conduzido, leu o objetivo do seminário: Buscar soluções para os assentamentos rurais na região da Serraria, Barra Grande, São Roque e Taquari. Medidas: 1) Recadastramento das propriedades; 2) Titulação das glebas rurais; 3) Municipalização das áreas urbanas”.

Relatou que, após a conclusão desta etapa, a Comissão terá como próximo objetivo, focando o desenvolvimento sustentável, articular a formatação do Plano Diretor das comunidades, para promover o cumprimento da Lei de Bairros.

José Joaquim relatou o histórico e os resultados dos Seminários I e II, cujo início foi em junho de 2000, comentando que em setembro de 2003 houve uma reunião no Taquari, mas a efetivação dos assentamentos na Serraria, na Barra Grande e no Taquari ainda não está concluída e que terá que ser resolvida após este Seminário III.

Maria Aparecida (Lua) relatou que, tendo assumido o cargo há três meses, ficou incumbida de concretizar a efetivação do trabalhador rural, para que seja reconhecido como tal perante a Lei, já que o abandono dos assentamentos e o crescimento urbano desgovernado representa uma contínua ameaça à identidade e ao reconhecimento deste.

Colocando-se à disposição para esclarecimentos em seu escritório, acrescentou que esperava que os integrantes desta reunião estivessem certos de que a solução para o produtor rural esteja sendo encaminhada para a concretização.

Mário Lúcio Mello Júnior, superintendente do Incra/RJ, disse que acompanhou as dificuldades que se apresentaram neste processo, relacionados ao meio ambiente, à topografia, às áreas impróprias para produção rural, os processos difíceis de formação de cooperativas e concluiu que, mesmo assim, prevalecem os aspectos positivos nos três assentamentos rurais de Paraty.

Resaltou que os pequenos produtores são os que mais se preocupam com a questão do meio ambiente, e que mais preservam as nascentes. E que decorrente do crescimento rápido da cidade, da descentralização da ocupação urbanística, a municipalização dos assentamentos é uma realidade que tem que ser acompanhada com muita cautela. afirmou que, dentro de suas competências, quer e deve apresentar soluções imediatas, já que equipes anteriores não deram continuidade às solicitações das lideranças. Assim foi redigido um processo, cujo número foi informado às lideranças (1028/05), e todos têm livre acesso a ele. Dentro de três semanas, equipes do Incra iniciarão o trabalho de levantamento nos assentamentos, cujos resultados serão anexados a este processo. Igualmente, estudos anteriores, serão inseridos neste processo para que se possa dar rápida continuidade às solicitações.

Finalizado, o levantamento, as áreas urbanizadas dos assentamentos serão transferidas para a Prefeitura de Paraty que, então, assumirá plena



responsabilidade pela regularização, pelo ordenamento e pela administração em geral destas áreas, sendo assim criados novos núcleos urbanos. Ele acredita que este processo de transferência possa durar em média trinta dias e que, então, os produtores rurais familiares receberão os títulos definitivos de seus lotes, para que tenham fácil acesso a crédito rural.

O Superintendente do Incra retomou a palavra, elogiando a organização das lideranças de Paraty que assimilaram perfeitamente os conceitos e as formas do planejamento uma forma de mobilização da sociedade civil, que gostaria de apresentá-la como modelo em outros municípios.

Luis Fernando Rachid - coordenador Técnico do Incra, confirmou que, quanto à regularização do assentamento da Serraria, o Incra ainda não pode tomar qualquer providência, já que se encontra sub júdice. Os outros dois assentamentos rurais, Barra Grande e Taquari, já foram demarcados há três anos. De acordo com determinação de Brasília, a fração mínima do lote, para que possa ser definida como lote rural, é de dois hectares. Lotes menores que este padrão serão demarcados como lote urbano e transferidos para responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraty. Áreas comunitárias, como igrejas, escolas, galpões, serão repassadas à municipalidade, que assumirá a regularização, titulação das mesmas. Será iniciada nova vistoria dos lotes rurais, respeitando-se os estudos anteriores, realizados em 2001.

Marco Antonio - secretário da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty, relatou que a Prefeitura assumirá plena responsabilidade pela administração da fração urbana dos assentamentos, e que estará disponível para discutir e resolver questões referentes às frações rurais. Disse que, para regularização/titulação das áreas urbanas dos assentamentos, será aplicada a metodologia prescrita pela lei e espera que o processo de regularização seja breve, o governo empenhando-se não só com vontade política, mas também com organização e planejamento.

Jorge Porto Pinto - secretário de Administração de Paraty, afirmou que acompanha o trabalho da Comissão para Regularização dos Assentamentos Rurais e que é também o objetivo da Prefeitura resolver a questão fundiária de Paraty de forma imediata, já que esta questão tem causado muita inquietação no decorrer dos anos.

Dib Melo, representante da Emater e presidente do Conselho de Agricultura e Pesca de Paraty, confirmou que, em reunião com o novo gerente do Banco do Brasil, foi sinalizado entendimento no que se refere à geração de crédito rural. Dib ressaltou que o perfil dos assentados e de multiativos diferem em muito dos assentados de outras regiões, mas que as atividades coerentes com o desenvolvimento sustentável podem facilmente induzir uma permuta favorável entre o pagamento de IPTU e serviços da Prefeitura nos núcleos urbanos. Dib disponibilizou-se para esclarecimentos.

Jorge Bianchini - Secretária de Obras, disse que assim que os lotes urbanos forem titulados e o IPTU pago, será emitido o habite-se. Relatou também a preocupação da Secretária com a expansão urbana que requer constante extensão dos projetos de saneamento básico. Faz um apelo à comunidade, para que se preocupe com a expansão urbana e que tome como prioridade preservar sua qualidade de vida.

José Carlos Porto, prefeito Municipal de Paraty, comentou que esta reivindicação de regularização dos assentamentos vem acontecendo desde 2001 e que os próprios requerentes das áreas urbanas vêm reivindicando a municipalização dos lotes urbanos,



já que assim, arcando com a tributação, poderão solicitar os serviços da Prefeitura, como saneamento básico, coleta de lixo.

Após a regularização, a Prefeitura assumirá de direito estas áreas urbanas, o que facilitará a administração das mesmas, combatendo-se, assim, com mais eficácia, as construções irregulares. Acrescentou que o Plano Diretor está sendo revisado e que as áreas dos assentamentos deverão ser contemplados com as devidas adequações.

Encerramento

Encerrando o evento José Joaquim leu o termo de compromisso: “Este Termo de Compromisso que entre si fazem o Prefeito Municipal de Paraty, Sr. José Carlos Porto Neto, e o Superintendente Regional do INCRA/RJ, Sr. Mário Lúcio Machado Melo Jr., no sentido de agilizar os procedimentos administrativos legais para a emancipação dos projetos de assentamento no Taquari e Barra Grande, comprometendo-se a: 1) Transferir as áreas urbanas e comunitárias dos projetos de assentamento em questão para a Prefeitura Municipal de Paraty; 2) Recadastrar as áreas rurais para fins de titulação e futura emancipação; 3) Adotar as medidas cabíveis entre ambas as partes para os procedimentos legais. Paraty, 05 de outubro de 2005. Assinam: José Carlos Porto Neto, Prefeito Municipal de Paraty e Mário Lúcio Machado Melo Jr., Superintendente Regional do INCRA/RJ. Testemunhas: José Joaquim Bittencourt Neto, Presidente do COMAMP e Maria Aparecida dos Reis Mendonça, Presidente do Sindicato Rural.” O evento foi relatado por Silvia Evelin.

Perguntas

O assentamento da Serraria espera há 20 (vinte) anos pela sua regularização. Como procederá o Departamento Técnico do INCRA para resolver esta questão?

Superintendente do Incra - Há 20 anos o Incra deu início ao processo de desapropriação da Fazenda da Serraria, desapropriação esta que foi negada judicialmente pelo proprietário desta fazenda. O Superintendente sugere que a sociedade civil se mobilize perante a Justiça Federal em tempo hábil para que o Juiz dê uma resposta, do contrário, o processo se extingue. Por parte dele, o Superintendente se pronunciará junto ao departamento jurídico do INCRA. Foi sugerido que a comissão formate um ofício, exigindo resposta judicial.

Qual é a fração mínima do lote urbano para que se obtenha um título de propriedade?

Secretário de Administração de Paraty - De acordo com o Plano Diretor vigente, a fração mínima de um lote urbano é de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados). Se houver lotes menores, será providenciada uma adequação da lei que será inserida no Plano Diretor.

Constatou-se atraso por parte da Secretária na entrega das declarações do ITR como explicar?

Marco Antonio, Secretário da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente - O atraso se deve ao fato de que todos os registros e documentos foram apagados na transição de governo. O Incra está oferecendo parceria com as Prefeituras, para facilitar o sistema de cadastros e a equipe da Secretária será treinada para proceder à inscrição dos lotes rurais. Outro fator dificultador deste processo são erros que ocorrem no preenchimento dos atuais cadastros.

A regularização dos lotes urbanos acarretará em pagamento de IPTU?

Secretário de Administração - Sim haverá arrecadação de IPTU, que possibilitará

investimento por parte da Prefeitura nas áreas municipalizadas.

Quando se tem margem de rio e mata no terreno, estas frações de terra não podem ser usadas para produção rural. Como proceder na declaração de ITR?

Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente - Para proceder isenção na declaração do ITR, é preciso apresentar uma declaração do Ibama, que caracteriza estas áreas. Acrescentou áreas de terreno com pedras impróprias para produção rural, podem levar à isenção na declaração.

Quais são os lotes já cadastrados?

Coordenador da Divisão Técnica do Incra - Ainda não há nenhuma área cadastrada. Somente uma parte do assentamento de São Roque já está titulada. Na Barra Grande, Taquari e Serraria ainda não consta titulação nenhuma.

Por que o título do terreno tem que ser retirado no Rio de Janeiro?

Coordenador da Divisão Técnica do Incra - O título tem que ser retirado no Rio de Janeiro e pode ser pago em qualquer agência do Banco do Brasil. Sugeriu que as associações de moradores organizem grupos de interessados. O número de interessados significativo justifica que equipe e equipamento do INCRA se desloquem para as referidas localidades, onde poderão emitir as guias e distribuí-las.

No repasse das áreas à prefeitura e da prefeitura para o morador, qual é o sistema de doação?

Secretário de Administração de Paraty - O sistema é de doação gratuita.

Uma mesma pessoa pode registrar duas áreas urbanas em seu nome?

Divisão Técnica do Incra - A lei prescreve que a uma pessoa cabe somente um lote. Esta pessoa não pode ter outro lote em outra localidade.

No galpão que se localiza no Taquari, pode ser montada escola profissionalizante?

Divisão Técnica do Incra - Estes galpões são destinados a uso comunitário, reuniões, cursos, treinamento à agroindústria. No processo da transferência das áreas, a administração do galpão poderia ser repassada à comunidade e ser reivindicado financiamento através de apresentação de projetos a Emater.

Aposentados podem ser isentos do IPTU?

Secretário de Administração de Paraty - Todo aposentado pode requerer junto à Prefeitura isenção do IPTU.

Para construir em lote rural, é preciso aprovação de projeto na Prefeitura?

Prefeito Municipal de Paraty - É preciso adequar a lei e rever o Plano Diretor para atender esta questão. A lei já prescreve que projetos com área menor que 50 m² (cinquenta metros quadrados) não precisam de aprovação da Prefeitura.

Acrescentou que a Secretaria de Obras disponibiliza equipe para realização de projetos para moradores de áreas de interesse social.

Qual é o perfil do produtor rural para entrar no processo de seleção?

Divisão Técnica do Incra - De acordo com a Norma 45 da lei, é formatado um banco de dados. Basicamente o requerente não pode ser comerciante, não pode ganhar salário acima de três salários mínimos e não pode ser funcionário público. No processo de seleção, o Incra envia ofício com os dados do requerente a oito instâncias diferentes, como Segurança Pública, Polícia Federal, Junta Comercial, Prefeitura local. No processo de seleção são investigados os dois integrantes da família, ou seja, marido e mulher, que não podem titular propriedade em outra localidade. Os requerentes que não se enquadram no perfil serão notificados para despejo e outra família de produtores rurais será indicada para a área, sendo que a Associação de Moradores pode também indicar uma nova família. O produtor rural pode vender sua área para outro produtor se o seu perfil se encaixa na Norma 45.

O Representante do Conselho de Agricultura e Pesca pediu à Divisão Técnica do Incra que explicasse a situação do produtor “multiativos”.

Júlio, da Divisão Técnica, explicou que é permitida uma segunda atividade do produtor rural, sem carteira assinada, sendo que a produção em seu lote deve continuar o lote não pode ser abandonado.



**ASSOCIAÇÃO
CAIRUÇU**
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA APA DO CAIRUÇU

Reserva Ecológica da Juatinga:

Em ato administrativo do vice-governador e secretário de meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, Sr. Luis Paulo Conde, foi criado o Conselho Consultivo da Reserva Ecológica da Juatinga, que tem como princípio promover a gestão participativa desta unidade de conservação. A Associação Cairuçu foi convidada e será a representante das Ong's locais, sendo indicado como conselheiro titular o gerente executivo, Marcelo Guimarães. Entre outros convidados estão as Associações de Moradores da Ponta Negra, Praia do Sono e Saco do Mamanguá, para atuarem como representantes das comunidades locais.

Comemoração do "Dia da Árvore":



A Associação Cairuçu comemorou no dia 21 de setembro o "Dia da Árvore" plantando 80 mudas de árvores nativas em parceria com a comunidade da Trindade. Muitos adultos e muitas crianças. Um mutirão. Só planta quem tem esperanças. Se isso é verdade, esta é uma boa demonstração de esperança. Oitenta árvores ou oitenta motivos para plantar. Tanto faz. Até porque cada árvore é sempre um bom motivo. Até pra comemorar. Entre as espécies a maioria eram sibipiruna, ipês brancos, amarelo, caviúnas, jacarandás... Todas essências nativas da Mata Atlântica!

Encontros comunitários:

Foi realizado na sede da Associação Cairuçu, no dia 20, encontro entre os presidentes das Associações de Moradores da região meta. A pauta da reunião contemplou o momento atual da incorporação do IEL e o programa de Saúde Comunitária. Uma decisão importante, de todo o grupo presente, é promover reuniões quinzenais para aprimoramento de ações em comum e planejamento de atividades futuras, como um plano de ações para a próxima temporada de verão, entre outras.

Cursos e eventos:

A parceria entre o Sebrae de Paraty e a Associação Cairuçu continua. Nos próximos meses, na Trindade, serão realizados os cursos de atendimento ao cliente, garçom e camareira. É importante lembrar que a própria comunidade de Trindade mantém parte dos custos e ainda, devem recepcionar participantes oriundos da Ponta Negra e Praia do Sono, buscando integrar as comunidades e assim colaborar para o desenvolvimento de turismo de base comunitária.

No dia 11 de outubro, a Associação Cairuçu foi sede do Encontro preparatório para a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, destinados aos jovens caiçaras, quilombolas e indígenas de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba. Este evento faz parte do programa educacional do Ministério da Educação e conta com o apoio da UNDIME/RJ (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e das secretarias municipais de educação dos municípios envolvidos.



senac rio

Senac chega a Paraty

Empresários e moradores de Paraty terão acesso à qualificação de qualidade a partir de novembro. É que o **Senac Médio Paraíba e Costa Verde** está chegando à cidade. São mais de 70 opções de cursos em onze áreas diferentes, como administração, meio ambiente, beleza, turismo e hotelaria. Toda a população poderá conferir o trabalho desenvolvido pelo Senac nos dias 27 e 28 de outubro, na **Casa de Cultura** do município, das 9h às 17h.

Esta não será a primeira experiência do Senac em Paraty. Desde julho desse ano a instituição está promovendo, em parceria com o Sebrae e a Associação de Guias de Turismo da cidade, um curso de guias de turismo e atrativos naturais. As aulas terminam em dezembro e contam com a participação de 32 alunos. O grupo também estará na Casa de Cultura, no dia 28 de outubro, a partir das 19h, apresentando os roteiros de Paraty durante o Fórum Delis (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável).

De acordo com a gerente regional do Senac Médio Paraíba e Costa Verde, Elisa Cavalcante, a chegada da instituição a Paraty é uma conquista. "A cidade tem um potencial incrível e o Senac pode contribuir e muito para a capacitação profissional dos trabalhadores e empresários", comentou. Informações pelos telefones (24) 3365-2649 e (24) 3377-6565.

Novo diretor Superintendente do Sebrae-RJ, Sérgio Malta, visita Paraty



Prefeito Jose Carlos Porto, Dep Fed. Luiz Sergio, Sergio Malta, Eliana Marinho

O novo diretor Superintendente do Sebrae-RJ, Sérgio Malta reuniu-se, em oito de outubro, com o Prefeito, Secretários, Presidente da Câmara de Vereadores, Vereadores, representantes da ACIP, Comamp, Associação de Guias, Associação Cairuçu, Colônia de Pescadores, Associação de Artesões e demais entidades representativas e liderança comunitárias para ouvir as demandas do município e apresentar os objetivos de sua gestão. Malta disse que o primeiro objetivo é a mobilização em torno da aprovação da lei geral da pequena e microempresa, com apoio das grandes federações de profissionais, Confederação Nacional da Indústria, da Agronomia e do Comércio. O estatuto das pequenas e microempresas é um projeto de lei que propõem diminuir a burocracia para criação de uma empresa, (bastara inserir o CNPJ pela internet e se direcionar ao cartório de pessoa jurídica) e principalmente a unificação dos impostos, federais, estaduais e municipais - dez dos principais impostos serão pagos em uma única boleto. O segundo, é aprofundar a Gestão Estratégica Orientada para o Resultados GEOR. "Nestes 30 anos de atuação do Sebrae, através de cursos, feiras, eventos, começamos a sentir a necessidade de medir os resultados desses trabalhos na população."

Neste ano, estaremos aprofundando essa ferramenta, principalmente nos projetos coletivos, fazendo parcerias e definindo metas de resultados em consonância com a missão do Sebrae, que hoje consiste em tornar os pequenos negócios mais prósperos, mais empregadores e tenham uma taxa de sobrevivência maior do que a atual, pois cerca de 60% das empresas que são criadas não chegam aos quatro anos de existência", afirmou.

O outro grande objetivo, de acordo com Malta, é fazer uma revolução no atendimento. O Sebrae Rio tem cerca de 60 balcões de atendimento individualizado. "Queremos, através de parceria, com agentes de desenvolvimento local em diversos municípios do Estado, viabilizar a criação de balcões onde não há e melhorar a eficácia dos existentes para chegarmos com nossa consultoria aos 80% dos 60% das empresas que morrem antes do quarto ano de vida e não procuram o Sebrae, possibilitando a estes empresários uma consultoria, que poderá ser a diferença entre a mortandade e a sobrevivência", observou.

Sérgio Malta visitou comunidades e empresas ligadas aos projetos do Sebrae em Paraty: Caminho do Ouro de Paraty Estrada Real; projeto de melhoria da cachaça, Alambique Engenho d' Ouro, Alambique Coqueiro, Muricana; Artesanato local da Comunidade do Mamanguá e fez entrega dos certificados de conclusão dos cursos qualidade de atendimento ao cliente ministrado pelo Sebrae/RJ em Trindade.

Angra III



Desde 10 de julho, o **Folha do Litoral** vem tentando desenvolver uma matéria sobre a instalação da Usina Angra III. Mesmo após diversos contatos com a assessora de Comunicação, Glória Alvarez e em dois momentos com o ex-presidente da Eletronuclear, Paulo Figueiredo que, na última vez, se prontificou não só em responder ao questionário enviado, mas de participar de um evento com a comunidade para esclarecimentos sobre: destino final do lixo nuclear; Plano de evacuação e conservação da BR; Passivo ambiental e social; Restrições a paratienses que buscam atendimento ambulatorial pelo SUS no Hospital Praia Brava após ser transformado em fundação.

Passaram-se 4 meses e, mesmo com toda a nossa insistência, até o momento não tivemos respostas que acreditamos ser de interesse de todas as comunidades do entorno da Usina Nuclear de Angra.

Enquanto esperamos uma resposta **do novo Presidente da Eletronuclear, Almirante Othon Pinheiro da Silva**, estamos publicando o **NÃO** do Greenpeace à instalação de novas usinas nucleares no Brasil.

Considerações do Greenpeace

O novo Programa Nuclear Brasileiro está pronto e na mesa do Presidente da República para sua aprovação. O programa prevê a utilização de mais de R\$ 30 bilhões até 2022 e inclui a construção da Usina Nuclear de Angra III e de outras seis usinas. Além de estudos e pareceres técnicos e científicos contrários à construção de uma nova usina nuclear, existe a oposição da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (ex-Ministra de Minas e Energia), da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e de colaboradores do Governo Federal, como o Prof. Pinguelli Rosa, físico e ex-presidente da Eletrobrás

Este programa coloca o Brasil na contramão do desenvolvimento sustentável. Este investimento poderia ser utilizado em educação, saúde, combate à fome e, acima de tudo, em projetos sustentáveis com impactos sociais e ambientais positivos.

Usinas nucleares são inseguras. A tragédia de Chernobyl, com três milhões de contaminados reconhecidos pelo governo da Ucrânia, provou que acidentes muito sérios não precisam de milhões de anos para acontecer.

Usinas nucleares são caras. O Programa Nuclear brasileiro já custou cerca de 40 bilhões de dólares aos cofres públicos. Só Angra I custou US\$ 6 bilhões. Angra II devorou outros US\$ 14 bilhões. A Eletronuclear, estatal deficitária responsável pela operação das duas usinas nucleares, custa R\$ 1 milhão todo santo dia ao contribuinte;

Usinas nucleares são ultrapassadas. Estão deixando de ser opção para a geração de eletricidade em países como a Alemanha, a Espanha, a Inglaterra e em várias partes dos Estados Unidos, como na Califórnia. "Vaga-lumes", como são popularmente conhecidas, Angra I e II não produzem mais do que 2% da eletricidade gerada no Brasil;

Usinas nucleares são sujas. Não só pelo lixo atômico que produzem e que permanece perigoso por milhares de anos, mas, também, por estarem frequentemente associadas a interesses belicistas e estados policiais. No Brasil, manifestar-se contra usinas nucleares é crime passível de punição com alguns anos de cadeia, lei do tempo da ditadura.

Simulação de acidente comprova risco das usinas em Angra

A Eletronuclear fez no dia seis de outubro uma simulação de evacuação das usinas de Angra I e II, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Exercício periódico, como o objetivo preparar os funcionários e os moradores da região para um possível acidente em um dos reatores. Para simular um deslizamento de terra, a Sape (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica) impediu o tráfego em uma das pistas da BR-101 (Rio-Santos) na ponte sobre o Rio Jurumim, onde foram descarregados 8m3 de pedras.

"A intenção foi demonstrar que o plano de emergência é ineficaz e não oferece segurança nenhuma caso seja necessária a evacuação", afirmou Ivan Neves, diretor da Sape. "Existem diversos acidentes que poderiam impedir a fuga da população pelo único meio possível, a BR-101, deixando a população exposta a sérios riscos", acrescentou. Para a remoção das pedras que simulavam um acidente natural foram necessárias mais de duas horas e meia